EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA E ESCOLA DO CAMPO: APROXIMAÇÃO QUE DISTANCIA NA LAGE DAS AROEIRAS - COMUNIDADE DE FUNDO DE PASTO.

Edmerson Dos Santos Reis*
Gabriela dos Santos Barbosa**

CONTEXTUALIZED AND RURAL SCHOOL EDUCATION: APPROACH THAT DISTANCE IN LAJE DAS AROEIRAS - PASTURE FUND COMMUNITY

*Professor da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.
**Mestranda do Programa de Pós-graduação - Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA/UNEB.

RESUMO: O principal objetivo deste trabalho centra-se nas práticas educativas exercidas pela Comunidade de Fundo de Pasto de Lage das Aroeiras, município de Uauá – BA. Buscamos perceber como tais práticas estão próximas da Educação Contextualizada e de que forma a Escola, enquanto espaço formal de ensino insere os saberes locais em relação ao ensino e à compreensão das atividades empreendidas no campo, e, também, em relação à ressignificação do uso da terra como símbolo de luta na conquista de sua regularização. Como plano de fundo, acreditamos que destacar essas práticas é muito importante, pois também nos permite perceber como elas reforçam a Convivência com o Semiárido, a partir do cuidado com os bens (in)tangíveis que a natureza oferece. Tal proposição brotou de uma inquietação quanto à efetiva prática/presença da Escola do Campo em uma comunidade de Fundo de Pasto, concebida como comunidade tradicional. Neste caso, por estar inserida em um contexto rural, a escola deveria materializar o ensino também a partir dos saberes sobre a terra como forma de reforçar os valores da própria comunidade. Assim, isto promoveria a Educação do Campo Contextualizada, algo muito comum no interior do Brasil onde as comunidades não estão vinculadas aos movimentos sociais ou sindicais de luta pela terra e pelo direito a Educação, muitas vezes tornando-se vulneráveis à boa vontade dos poderes públicos locais.
PALAVRAS CHAVES: Fundo de Pasto. Educação Contextualizada. Escola do Campo.

ABSTRACT:*The main objective of this work focuses on the educational practices performed by the Community Fundo de Pasto de Lage das Aroeiras, municipality of Uauá - BA. We try to understand how such practices are close to the Contextual Education and how the school while formal teaching space, insert local knowledge about teaching and comprehension of the activities undertaken in the field, and also in relation to the resignification of use the earth as a symbol of struggle in winning their regularization. As background, we consider that highlight these practices is very important because it allows us also realize how they reinforce the Coexistence with the Semi-Arid, from the care of the goods (in) tangible that nature offers. Such proposition sprouted a concern about the effective practice / presence of a Field School in a Pasture Fund community, conceived as traditional community. In this case, by being inserted in a rural context, the school should materialize teaching also from knowledge of land as a way to strengthen the community values. So this would promote the Contextual Education Course, something very common in rural Brazil where communities are not linked to social or trade movements of struggle for land and the right to education, often making it vulnerable to the goodwill of the public authorities sites.*
KEYWORDS: *Pasture Fund. Contextualized education. Field School.*

PRELÚDIO: ANTES DE CHEGAR AO "CONTO DE FADAS"[1]

A ida à Lage das Aroeiras, comunidade de fundo de pasto, foi resultado de uma provocação espontânea, que surgiu a partir de leituras e discussões em sala de aula na disciplina Fundamentos da Educação Contextualizada, não somente sobre o conceito de educação contextualizada, como também sobre sua efetiva prática em escolas localizadas em comunidades rurais, ou seja, campesinas.

Fruto das inquietações enquanto pesquisadores, algumas questões foram suscitadas acerca da Educação do Campo e Educação Contextualizada, no que tange ao currículo, ao ensino e também como, no caso, comunidades campesinas participam das práticas escolares, dentre outras questões que neste momento não estavam muito claras para os estudantes. Então começamos a formular as seguintes proposições: quais práticas educativas as comunidades de fundos de pasto desenvolvem que podem ser tomadas como educação contextualizada? Qual é a função da educação contextualizada em comunidades rurais, rurais no sentido de estarem localizadas 'no meio do mato'? Será que ela chega até as escolas destas comunidades e, se chega como é que os professores efetivam suas práticas tornando o ensino contextualizado? Qual é o papel da escola em uma Comunidade de Fundo de Pasto? Como a educação contextualizada é empreendida no currículo? Há um currículo diversificado, já que o fundo de pasto é uma comunidade tradicional? Quais são as atividades que ela mantém em sua lida que reforça o selo da Convivência com o Semiárido?

De fato foram muitos os questionamentos que emergiram. Contudo, não sabemos se daremos conta de respondê-los. Achamos que não. Pois, para esgotá-los, demandariam outras pesquisas, outras reflexões mais amplas. Na verdade, eles vêm figurar mais como uma provocação do que algo que reclame respostas.

Pela relação de proximidade enquanto pesquisadores em Uauá - BA, município com pouco mais de 25.000 mil habitantes, sendo 13.000 residentes na zona rural, resolvemos empreender nele, a pesquisa que desencadeou neste trabalho.

Assim, perscrutamos qual seria de fato o ambiente onde ela se daria. Não demorou muito para que a resposta viesse: comunidade de fundo de pasto. Aqui, vale adiantar que foi em Uauá onde surgiu o termo fundo de pasto e onde as primeiras terras devolutas foram regularizadas, tornando-se, portanto, terras de plantio e criação no sistema comunitário. Por meio de um regime peculiar e específico de atividades voltamos àqueles questionamentos para pensar a escola, a educação no fundo de pasto, especificamente na Comunidade Lage das Aroeiras, que fica a nordeste de Uauá (sede do município), distante 25 km. Lá vivem, de acordo com o último censo (2010), 200 habitantes, 60 famílias.

A escolha de Lage das Aroeiras não foi arbitrária, porém foi surpreendente, já que não conhecíamos a comunidade. Ela se deu por conta do contato com algumas pesquisas lá desenvolvidas, pesquisa esta de Elisa Camarote: *Lage da Aroeiras: Territorialização, parentesco e produção em uma comunidade baiana de fundo de pasto*, dissertação que irá respaldar este trabalho no tocante à história da comunidade.

Escolhida a comunidade entramos em contato com Robson Rodrigues, a pessoa que nos levaria até o lugar e, por sua vez, faria o contato com o líder da comunidade. Assim, a visita a Lage das Aroeiras aconteceu dia 02 de dezembro de 2014. Entretanto, a viagem começou no dia anterior, saindo de Juazeiro às 13h00min, enfrentando 120 km de estrada de chão em 3h30m de viagem. Chegando a Uauá, ansiosos para ir ao destino final: Lage das Aroeiras. Como já era tarde, foi necessário esperar o raiar do próximo dia. Logo bem cedo, partíamos para o destino. Os corações pulavam junto à trepidação da estrada. A paisagem nada estranha ia enchendo os olhos, fazendo meandros em nossa imaginação; serras e mais serras, a vontade era parar bem ali e subir uma delas, desejo confessado ao guia, que imediatamente respondeu: - Não se preocupem, vou leva-los num conto de fadas!

NÓS NO CONTO DE FADAS

Andamos mais algum tempo, não foi muito nem pouco, até que avistamos uma serra (Figura 1); da sua fronte pendia uma Lage, logo abaixo começamos a visualizar algumas casas, acho que já esperávamos ser aquele o lugar. Perguntamos ao guia se era ali, ele respondeu: - vocês vão ver.

Figura 1: Entrada da Comunidade Lage das Aroeiras
Fonte: arquivo pessoal

Entramos na comunidade. À primeira vista (Figura 2), um conjunto de casas não muito próximas uma das outras. Elas compõem um quadro colorido em meio ao "esbranquiçado" do lugar, parece que a Lage da serra escorreu até que pintasse todo o chão de branco, conferindo à comunidade um ar de harmonia entre os sujeitos e o chão. Como estávamos na época das chuvas o verde se misturava à terra arenosa.

Figura 2: Lage das Aroeiras
Fonte: Arquivo Pessoal

Ao passarmos em frente da escola, um pequeno prédio com apenas uma porta, vimos uma menina e um menino, ambos fardados, estavam sentados na calçada, cada um segurava sua mochila no colo. Como ainda era cedo, deduzimos que eles estavam esperando que a aula começasse e, de fato estavam. Só mais tarde soubemos que eles estavam esperando a professora, que não apareceu para dar aula, os motivos, segundo o presidente da Associação da Comunidade, vão desde a falta de transporte que a leve até a comunidade, já que a professora é da sede do município, até mesmo faltas injustificadas. Enfim, é com essa fotografia das duas crianças sentadas à porta da escola que queremos abrir este artigo, uma vez que trataremos sobre a educação contextualizada e do papel da escola do campo em uma comunidade de Fundo de Pasto, localizada no sertão semiárido.

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E O PROJETO FUNDO DE PASTO

A história do fundo de pasto começa antes da luta pela regularização da terra, sua gênese é também a gênese do Brasil. A ocupação das terras no Brasil, desde o estabelecimento dos portugueses, serviu de base para um projeto de colonização mercantil, pois eles "[...] montaram aqui uma autêntica Colônia de Exploração, um empreendimento baseado no trabalho escravo e no grande latifúndio" (COSTA, 1988, p. 15), cujo interesse maior era fornecer ao mercado europeu bens de consumo.

Ao longo da costa brasileira, propriedades monocultoras e escravistas equipadas com engenhos de cana de açúcar mantinham o desenvolvimento econômico do país. Em paralelo ao que acontecia na costa, porém não na mesma velocidade, a partir de 1530 a expansão pecuária teve início e foi avançando para os interiores. Em uma região de solo árido, não tão propício à agricultura e plantação de cana, (o sertão) foi o cenário com o qual os colonizadores se depararam ao adentrar o interior do país (TORRES, 2013). Povoá-lo, mais que uma façanha, era um interesse político para a manutenção da colonização.

Com o objetivo de conquistar e ocupar a imensidão de terras alcançadas, no período compreendido entre 1500 e 1822, adota-se o sistema de sesmarias, que eram "extensões ilimitadas de terras", partindo do litoral para o interior, margeando os grandes rios, sobretudo o Rio São Francisco, a exemplo das

sesmarias Casa da Torre de Garcia D' Ávila e da Casa da Ponte dos Guedes de Brito (TORRES, 2010, p. 29). Por sua vez, parte dessas terras eram "doadas a quem pedisse". As famílias que buscavam este tipo de arrendamento eram formadas por colonos, brancos ou mestiços de qualquer ordem, que estavam excluídos do sistema sesmarial por não atenderem ao perfil patrimonialista desenhado pela metrópole (CAMAROTE, 2010, p. 21). O sistema se vincula à obrigatoriedade do cultivo da terra para legitimação de sua posse que eram destinadas à criação de gado bovino ao longo dos rios permanentes do sertão nordestino, possibilitando, assim o desenvolvimento de uma nascente economia pastoril.

As sesmarias dos D´Ávila e Guedes de Brito, ainda no século XVIII começaram a se fracionar, em parte pelo absenteísmo dos seus proprietários, além das transformações econômicas sofridas pela colônia portuguesa da época. A decadência da economia açucareira e a transferência do eixo econômico para a região de Minas Gerais, em função da mineração do ouro, causam a redução da atividade pecuária no sertão nordestino e muitos dos grandes proprietários da região se transferem, gradativamente, para as cidades, deixando as "terras vazias". (COTRIM, 1991, p. 35)

Segundo Torres (2010, p. 45), o desinteresse pelas sesmarias fez surgir extensões vazias de terras que, sobretudo a partir do século XVIII, foram ocupadas, por arrendamentos ou simples posses:

> Por famílias que moravam nesses locais e não tinham terra própria. Essas famílias conseguiram sobreviver, no semiárido dedicando-se principalmente à pequena pecuária, uma vez que a agricultura era sempre de alto risco devido à escassez de água. Essas áreas abandonadas voltarão ao Estado em forma de terras devolutas[2] por não atenderem ao disposto na Lei Imperial de Terras e, por não terem nenhum uso público, não eram de propriedade ou posse de particular.

A posse destas terras deu origem a grandes latifúndios que de forma abusiva, por parte de um segmento social demograficamente minoritário, se utilizou de um contingente de mão de obra, compreendendo autóctones originariamente livres, escravos, e, ou assalariados. Esse novo contingente de trabalhadores foi dando vida e criando vida dentro ou à margem do latifúndio.

Com o fim da concessão de sesmarias em 1822, e, a partir da promulgação da Lei de Terras em 1850, as terras só podiam ser adquiridas mediante compra. Como a maior parte da população não tinham condições para tal feito, ela mais uma vez estava à margem da aquisição de qualquer bem. Entretanto, no ínterim de uma data a outra, houve um período vago, pois as sesmarias deixaram de ser concedidas em 1822, mas a Lei de Terras só começou a vigorar em 1850, ocorreu que, passaram-se 28 anos, período conhecido como de "livre apossamento" ou de "regimes de posse":

> Apossamentos que podiam ser cultivados ou não, mas que os particulares tinham como sua propriedade particular. Como a população majoritariamente era constituída de escravos, que não eram considerados pessoas, de senhores de escravos e proprietários de terra, foram estes últimos que acrescentaram ainda mais os seus domínios, em detrimento da população pobre que se limitava à posse de pequenas extensões (TORRES, 2010, p. 33).

Por outro lado, comunidades pastoris, mesmo sem documentos de compra e venda, exceto por alguns recibos ou formas de partilha encontrados junto aos habitantes mais velhos das localidades, estabeleceram-se nessas áreas. Além disso, esses recibos não determinavam com clareza o domínio correspondente à transação efetuada, o que gerava conflito na comprovação.

Mesmo com o fim da concessão de sesmarias, o sistema deixou marcas profundas na história do Brasil, pois a população comum não tinha condições de adquirir terras, permanecendo à (sua) margem. Além disso, as terras "[...] que não estivessem na posse ou propriedade particular ou não estivessem destinadas a algum uso público são as 'terras devolutas', uma vez que ou não tinham sido objeto de concessão ou o foram e voltaram ao domínio do Império por desatendimento às exigências legais" (TORRES, 2010, p. 34). Assim, surge o conceito de terras devolutas proposto pelo Art. 3º da Lei 601, de 18 de setembro de 1850 – A Lei da Terra -:

> Art. 3º são terras devolutas.
>
> § 1º - As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal;

> § 2º - As que não se acharem no domínio particular, por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso ou por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura;
>
> § 3º - As que não se acharem dadas por sesmarias ou outras concessões do Governo;
>
> § 4º - As que não se acharem ocupadas por posses (VALENTE, 1983 apud TORRES, 2010, p. 35).

Vale ressaltar que o conceito de terras devolutas foi utilizado, sobretudo, para justificar o princípio de que pertence ao particular a propriedade devidamente registrada em seu nome, ou seja, "[...] em vez de definir propriamente o que eram terras devolutas, preferiu apontar as que não eram" (PORTO, 1965, p. 180). Mesmo com esse entendimento – a regulamentação das terras – "o cenário não mudou, já que, em certa medida, a Lei de Terras priorizava os 'senhores', deixando uma comunidade inteira, composta de campesinos, escravos livres, indígenas fora do direito à propriedade, restando-lhes apenas 'o apossamento'.

Esse foi mais ou menos o cenário da história da luta pela terra no Brasil, que não parou por aí. Os conflitos pela sua "retomada", estende-se até os dias de hoje. Assim, a ausência de leis que regulassem eficientemente o direito de propriedade, a imprecisão da demarcação das áreas apossadas, além da existência de um campesinato disposto a ocupar o espaço disponível, partilhado dos mínimos recursos, como a água, por exemplo, contribuíram sobremaneira para a formação de comunidades pastoris no sertão semiárido baiano em terras de "uso comum", entendido, aqui, segundo Almeida (2008, p. 142) como:

> [...] artifício de autodefesa e busca de alternativa de diferentes segmentos camponeses, para assegurarem suas condições materiais de existência, em conjunturas de crise econômica também cognominadas pelos historiadores de "decadência da grande lavoura". Foram se constituindo em formas aproximadas de corporações territoriais, que se consolidaram, notadamente em regiões periféricas, meio a múltiplos conflitos, num momento de transição em que fica enfraquecido e debilitado o poderio do latifúndio sobre populações historicamente submissas (indígenas, escravos, agregados).

Nesse sentido, Torres (2010) nos diz que desse sistema se originou os Fundos de Pasto[3], os quais são remanescentes de terras devolutas, originárias, muitas delas, das fazendas-mãe, desmembradas do sistema de sesmarias, que historicamente permanece indivisas, sem que tenha ocorrido um processo de delimitação e regularização, que passaram a serem terras ocupadas, portanto, de "uso comum". As terras de "uso comum" localizadas em meio à caatinga, conhecidas também como "terras livres" ou "terras soltas", são áreas de posse que fazem parte do patrimônio coletivo de comunidades camponesas compostas por famílias que se interconectam pelo parentesco e pelo compadrio.

A categoria fundo de pasto deriva de uma região específica do Brasil, mais precisamente do norte da Bahia, na cidade de Uauá. Lá, um Convênio celebrado entre o Banco Mundial, o Governo Federal e o Governo do Estado da Bahia, iniciou em 1982 o Projeto Fundo de Pasto. Para dar início a implantação do Projeto foi escolhida a Comunidade São Bento no referido município, como "espécie de plano piloto". Assim, o objetivo era a regularização fundiária na região Nordeste da Bahia, o qual tinha como metas a realização de ações discriminatórias em pelo menos 200 mil, outorga de 5000 mil títulos e a redistribuição de terras a pelo menos, 200 agricultores que seria executado pelo Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) e pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) (GARCEZ, 1987). Ainda, segundo a autora:

> A regularização [...] possibilitou a concessão do título coletivo das áreas de criatório e, separadamente, os de moradia e pequenos cultivos, garantindo direito de posse e uso da terra através do título de propriedade tanto em nível familiar como comunitário, reconhecendo as propriedades legítimas, os direitos dos posseiros sobre as terras devolutas (GARCEZ, 1987, p. 16).

Embora o Projeto Fundo de Pasto tenha vindo para regularizar a propriedade da terra, os conflitos, que já existiam, tornaram-se ainda mais intensos, dado ao fato de que não houve entre "a elite local" interesse que essa terra fosse regularizada, bem como o reconhecimento das particularidades das terras tradicionalmente ocupadas, como afirma o líder comunitário Valdivino Rodrigues de Souza da Comunidade Fundo de Pasto de Lage das Aroeiras, Uauá. Em suas palavras, as comunidades de fundo de pasto:

> [...] se formam por uma tradição, um costume, um laço de parentesco familiar e o pertencimento a uma determinada localidade ou terra [...] os fundos de pasto têm grande importância local, não apenas por ser um sistema de produção coletiva, ou um espaço comunitário de produção, trata-se de um modo de vida próprio, específico e singular do Estado da Bahia. No âmbito regional, a importância se dá pela forma de articulação. As associações não agem de forma isolada, se articulam entre si para lutarem pelo direito, principalmente pela garantia da permanência na terra que ocupam tradicionalmente (Valdivino Rodrigues de Souza, Comunidade Fundo de Pasto de Lage das Aroeiras).

Sendo assim, as associações nos fundos de pasto discutem e deliberam sobre as questões da comunidade que vão da forma da produção e comercialização até as reivindicações aos poderes públicos, além das estratégias de defesas em casos de conflitos (TORRES, 2010). Elas, segundo a Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia (2003, p. 05) nascem a partir de três necessidades, a saber:

> A necessidade de dotar-se de representação jurídica, o caso específico dos fundos e fecho de pasto criarem um jurídico capaz de receber o título coletivo das terras; a intervenção de atores externos: igreja, ONG's, órgãos de extensão, projetos públicos e a existência de ajudas e financiamentos reservados a projetos associativos ou comunitários.

Com a criação de associações as comunidades de fundos de pasto, tornam-se também agentes sociais na busca pela convivência com a terra. Lá, as famílias desenvolvem todo um mecanismo de lidar com os recursos naturais, além de serem capacitadas para manusear tecnologias sociais e instrumentais, configurando, assim, o modelo de Convivência com o Semiárido. Esse modelo é pautado por estratégias de manutenção e reprodução do sistema produtivo e social, desenvolvido tradicionalmente pelas famílias, o processo de convivência com o ambiente, os recursos disponíveis e a seca.

LAGE DAS AROEIRAS E A CONQUISTA DA TERRA

Falar da fundação da Comunidade Fundo de Pasto de Lage das Aroeiras é percorrer também os caminhos e a história da família Cardoso e Silva que fixou raízes no sopé da "Lage", constituindo, assim, uma estrutura de organização, que tem como princípio a coletividade. Assim, afirma-se

que a família é uma referência central para a constituição dos valores sociais, culturais e econômicos que norteiam a ocupação do grupo e a ocupação do espaço (CAMAROTE, 2010).

Segundo a autora, em 1947, João Cardoso da Silva (1907-1998) buscou fundar seu próprio lugar, na perspectiva de "assituar sua família". Assim, ele comprou uma área de 20 hectares, espelhado pelo que via na paisagem: Lagedos de pedra e pau de aroeira, assim, pois, o lugar foi batizado de Lage das Aroeiras. Como a área era um ermo de areia e pedra, era preciso fazer dali um lugar habitável. A primeira medida foi 'levantar' uma 'casa de barro', mas, antes disso, João Cardoso construiu dois 'caldeirões' para coletar a água da chuva, já que não tinha outra fonte. Assim, ele pôde molhar o barro para dar início à construção da casa. Quando ficou pronta, o casal e os filhos mudaram-se para lá, "[...] assituando-se no local com condições mínimas para a reprodução socioeconômica" (CAMAROTE, 2010, p. 42).

Nos tempos idos o local tratava-se de uma mata fechada, nas palavras de Antonio Cardoso, filho de José Cardoso, uma "caatingona medonha", povoada por animais silvestres, como onça, jacu e mocó. A caça de alguns desses animais era abundante e servia de alimento para a família, assim como os frutos nativos e o mel das abelhas Arapuá, Tubiba, Mandaçaia e Manduri.

O pequeno recorte da história da fundação de Lage das Aroeiras mostra que entrelaçado a ela, está o fator da mobilidade de uma família que morava em uma fazenda chamada Pé da Serra, mas conflitos internos a fez deixar aquele lugar e procurar nova moradia. Assim, o aspecto da desterritorialização e reterritorialização de uma família consolidou a fundação da comunidade Lage das Aroeiras, elemento fundante do campesinato brasileiro.

O que se via, segundo Seu Waldemar, era uma relação muito intensa com a terra. Para aquele lugar "Seu João tinha levado sua família para morar, num lugar tão belo quanto o paraíso". Não havia conflitos pela terra, o "pecado original da ambição" e a cerca não havia contaminado aquelas "terras livres", que eram utilizadas de modo comunal pela família, a qual crescia cada vez mais.

Naquele tempo eles usavam uma terra solta de mais ou menos quatro a cinco léguas quadradas ou trinta quilômetros quadrados, para além dos vinte hectares, onde praticavam o extrativismo vegetal e animal, nesse último caso compreendendo a caça e a criação dos rebanhos. Ainda hoje, o grupo utiliza a

terra passível de apropriação, livre de cercas, impedimentos e eventuais litígios, para criar seus rebanhos o mais extensivamente possível (CAMAROTE, 2010, p. 47).

Nesse contexto, a possibilidade de apossar-se de "terras livres", ou seja, terras devolutas caracteriza uma lógica específica de ocupação da terra. Assim, a família Cardoso ao "comprar" 20 hectares de terra, estava, na verdade "se apossando" de terras sem regularização fundiária. Sobre o sistema de posse Musumeci, pesquisadora que estudou o campesinato de fronteira na Amazônia nos ensina que:

> [...] se opõe ao sistema dominante de apropriação e de uso do solo informado por uma lógica jurídica e mercantil, que tem como núcleo a propriedade privada da terra [...]. Para os grupos camponeses a terra livre ou liberta é aquela incorporável ao processo produtivo unicamente pela mediação do trabalho. [...]. A posse, constituindo um regime de apropriação por e para o trabalho, traduziria uma lógica especificamente camponesa, contrária aos princípios fundadores e legitimadores da propriedade privada. (MUSUMECI, 1988, p. 35)

Tal pressuposto é materializado no interior da família Cardoso, quando essa se apossa das terras que originou Lage das Aroeiras com a finalidade de estabelecer moradia, plantar, cultivar, criar, procriar, ou seja, um lugar onde ele pudesse viver com sua família e tirar da terra seu sustento. Entretanto, aos pulos e aos poucos, segundo Camarote (2010), foi possível notar que o processo de apropriação de Lage das Aroeiras inseria-se em um cenário de disputas por espaço e poder: de um lado os coronéis e políticos e, do outro os camponeses. Ambas as partes interessadas em lançar mão da "terra livre".

Esse embate resultou em diversos conflitos entremeados por sucessivas grilagens das terras de Lage das Aroeiras. Os grileiros começavam a reivindicar a propriedade das áreas por eles apossadas, mediante a alegação de ter documentação da terra. Contudo, Lage das Aroeiras não foi completamente expropriada. A família Cardoso conseguiu manter parte da terra, embora menor do que quando ele comprou. Foi somente a partir da década de 1980, com o Projeto Nordeste Fundo de Pasto, cujo objetivo era a regulamentação fundiária das terras devolutas é que a comunidade conseguiu o título de Fundo de Pasto (1992), fazendo com que os conflitos se estabilizassem.

A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO FUNDO DE PASTO

O Sertão Semiárido carrega, historicamente, o que já virou algo natural, o estigma da miséria, de pobreza, da falta de água, dentre outras intempéries. A tragédia inerente à seca é pintada com cores fortes em um quadro cinzento, explorando ao máximo seu conteúdo trágico. Para tanto, a mídia contribuiu significativamente no sentido de disseminar estereotipias sobre o povo do sertão semiárido ao criar um imaginário de flagelados e raquíticos, em que as pessoas devem ser "antes de tudo um forte".

Atrelada às questões "naturais" encontram-se as questões sociais, pois a região possui altos índices de analfabetismo. Contudo, desde a década de 2000 outra fotografia do Nordeste e do Sertão Semiárido vem sendo desenhada por meio de propostas e práticas pela concepção de que a sustentabilidade implica na Convivência. Assim nascem, a Articulação do Semiárido (ASA), em 1999, e a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), em 2000. Ambas têm como propostas globais desenvolver ações e práticas orientadas pela concepção de sustentabilidade econômica, ambiental, política, cultural e educacional do Semiárido Brasileiro. Além dessas duas Instituições outras redes concatenadas ou não à ASA ou à RESAB vêm promovendo ações no sentido de corroborarem com a "ideia-projeto" Convivência com o Semiárido. Da ASA, por articular as demais redes emana a chance de se quebrar paradigmas de ações emergenciais nas secas por programas multidisciplinares, por exemplo. A proposta da convivência vai além do Nordeste seco "inventado" historicamente por discursos e não discursos. Ela se caracteriza pela a ação do desenvolvimento solidário e sustentável, em que a prioridade é o todo e a terra.

A proposta de Convivência com o Semiárido, cujo enunciado é apresentar novas possibilidades para as relações de poder, vem para (re) significar, assim, o lugar e seus emblemas ao mostrar outras iconografias do Nordeste Semiárido, fato atestado pelas palavras de Carvalho (2012, p. 3), quando nos diz que:

> Essa ideia-projeto ganha arcabouço teórico-prático nos anos 2000 direcionando outro/novo sentido de desenvolvimento territorial, calcado em políticas públicas de inclusão social, de equidade e controle social e prudência com os recursos naturais do Semiárido. A proposta torna-se um guarda-chuva, abrigando todos aqueles que buscam relacionar-se por outra/nova maneira de viver ou ampliar as maneiras de viver e se relacionar na mundaneidade semiárida.

Com o projeto da convivência abrem-se distanciamentos em relação aos discursos fundadores de uma região marcada pelo estigma, atraso e fome, de um Nordeste alimentado pela seca a partir de práticas discursivas e não discursivas. Nesse novo momento, o humano e a natureza são indissociáveis, ele "[...] é natureza e sociedade ao mesmo tempo" (LIMA apud BRAGA, 2004, p. 38). Os agricultores mencionados por Braga (2004), por exemplo, estão entrelaçados quase que por um rizoma à seiva da terra. Nesse sentido:

> O ser humano [é visto] como um elemento do ambiente, participando da construção desse ambiente, que sai da relação biofísica e passa a ter uma relação político-social. A construção da natureza e da sociedade acontece a partir da relação ser humano/natureza, mediatizada pelo trabalho (LIMA, 2000 apud BRAGA, 2004, p. 38- adendo nosso).

A natureza, portanto, transcende a noção de espaço/lugar e estende-se a uma multiplicidade de elementos/valores, os quais são traduzidos pela forma como o homem vem (re)significando sua forma de viver-fazer nesse espaço. Entendendo que "[...] a natureza é uma condição de existência de todos os seres vivos" (CARVALHO, 2010, p. 75), em que há uma "[...] rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes" (CAPRA, 1996, p. 26).

Diante disso, a comunidade de Lage das Aroeiras – fundo de pasto – traz o selo da convivência, uma vez em que é concebida enquanto um espaço possível de construir teias de significados entre o homem e o bioma, baseando-se no desenvolvimento sustentável ao combinar a condições de vida das famílias com o incentivo às atividades econômicas apropriadas, fato perceptível nas palavras de Valdivino, morador da comunidade e membro da Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto:

> As práticas para reforçar a convivência com o semiárido é a pecuária e a agricultura na linha da agroecologia. Temos mantido o cuidado com a preservação da terra e do manejo com a caatinga. Também há uma preocupação muito grande com os recursos hídricos. Por meio de uma luta também da comunidade, hoje, praticamente todas as famílias tem uma ou duas cisternas de captação da água da chuva. As tecnologias sociais, desenvolvidas pelas ONG's com o apoio do estado têm contribuído bastante para o desenvolvimento da comunidade (Valdivino Rodrigues de Souza, Comunidade de Fundo de Pasto de Lage das Aroeiras).

Isso na perspectiva da ASA significa "[...] viver bem, com integração, tirando partido das suas potencialidades – natureza –, levando em consideração o uso e o manejo da fauna e da flora, adequando estas potencialidades aos valores humanos para uma melhor qualidade de vida" (ASA). Ressalte-se que a ASA propõe a emergência de ações capazes de (re)dimensionar o lugar dos sujeitos nas regiões mitigadas pelo emblema do atraso e da sequidão da terra, atuando "[...] com as formas de pensar e agir sobre o ambiente no qual estes se inserem, alterando a rede de relações comunitárias, regionais e territoriais nas quais os atores sociais e suas organizações estejam territorializando a ideia-projeto" (CARVALHO, 2012, p. 3). Tal premissa levou os sujeitos à insurgência de ações transformadoras no espaço onde vivem. Eles passaram a (re)significar sua relação em ser e estar no mundo, ou seja, a efetiva prática da convivência materializada em atividades cotidianas de manejo com os elementos da natureza, como também das relações sociais que o indivíduo mantém com o coletivo.

Assim, a convivência, mais que uma teia de significados, constitui-se em teias de saberes, uma vez que conviver é apre(e)nder a comungar vivências. Na medida em que isso acontece há um processo educativo de troca de experiências em que os saberes se fazem em ciclo, sem começo, meio ou fim. Isso nos remete ao processo de Educação Contextualizada, a qual "[...] assumiu um papel imprescindível dentro dos processos constitutivos da 'Convivência' para preparar os sujeitos a compreenderem o ambiente e os fenômenos naturais do Semiárido com vistas ao aproveitamento das potencialidades" (MARTINS; REIS, (2012) apud CARVALHO, 2012, p. 7). Nessa perspectiva, conviver é dar sentido as práticas e concepções inovadoras, ampliando a própria noção de contextualização, sempre de acordo com as potencialidades e necessidades dos sujeitos, articulando os saberes científicos e populares.

LAGE DAS AROEIRAS E A ESCOLA

A escola carrega uma estrutura de culturas e valores consolidados, é a detentora de saber o conhecimento e transmiti-lo, via de regra, verticalmente. Por meio dela, o processo formativo se distingue daquele vivenciado nas práticas do dia-a-dia. Mas também ela é o espaço onde as cotidianidades se repetem e se replicam o que faz dela um *continuun* da comunidade onde está inserida. Nesse sentido, pensar a escola alocada em uma comunidade de fundo de pasto

exige uma curvatura do olhar muito mais alongada, visto que há diferenças que saltam aos olhos no sistema educativo brasileiro, no que tange as práticas de ensino, aos conteúdos, ao currículo, à estrutura da escola, dentre outras formas de conceber a educação. Em outras palavras Arroyo (2006, p. 106), nos fala que:

> A escola tem sua força, sua identidade, sua dureza, sua ossatura. E essa ossatura não é fácil de quebrar. Temos que pesquisá-la mais e ver, sobretudo, a ossatura de um sistema educativo encalhado, como é o sistema educativo do campo, que está igual, parece que nada passa, parece que tudo parou no tempo. Escolinha cai não cai, que não acaba de decolar.

É bem a retrato das duas crianças sentadas à porta da escola de apenas uma porta: as crianças já não estão na fotografia, pois com a demora da professora elas foram embora.

Figura 3: Escola municipal de Lage das Aroeiras
Fonte: Arquivo pessoal

A figura 3 é uma metáfora para pensar as escolas rurais, principalmente a escola "assituada" no sertão semiárido brasileiro. Em se tratando desta "[...] escola, (ela) não se dinamizou, não avançou no ritmo em que o campo hoje se dinamiza e os movimentos sociais se dinamizam" (ARROYO, 2006, p. 106). Como complemento ao que Arroyo nos diz o líder da comunidade Lage das Aroeiras, Valdivino Rodrigues, acrescenta que:

> Ela (a escola) não acompanhou a cadência da luta que a comunidade travou pela conquista da regularização da terra nem no que consiste o fundo de pasto e nem participa da organização social da comunidade [...]. Aquilo que nós construímos, no processo não formal, a escola do jeito que está acaba que destruindo. (Valdivino Rodrigues de Souza, Comunidade de Fundo de Pasto de Lage das Aroeiras).

Vale ressaltar que não nos cabe mensurar a responsabilidade da escola, mas perceber seu papel frente a um contexto campesino, semiárido e "sertânico", onde a educação contextualizada se faz peça basilar para a emancipação da própria comunidade. Como a educação que traz propostas de ensino contextualizadas "parece ainda não ter chegado" à comunidade, as famílias escrevem e inscrevem sua educação por meio de práticas educativas contextualizadas (não formais). Assim:

> A escola aplica "a teoria lá na sala de aula e quando acontecem as reuniões na Associação, nós moradores reunimos os mais jovens e ensinamos as coisas da terra, os valores da comunidade, na roça comunitária nós ensinamos sobre o manejo com a caatinga" (Deuzimar Rodrigues da Silva, Comunidade de Fundo de Pasto de Lage das Aroeiras).

Na comunidade de Lage das Aroeiras, a escola municipal, nas palavras dos moradores tem um papel secundário na formação das crianças, pois não faz um desenho da realidade nem em escala nem em projeção. Com isso, a escola não incentiva que os jovens permaneçam na comunidade, uma vez "[...] o conteúdo dos livros didáticos só afasta as crianças, quando mostra a cidade grande, o avião, as coisas que não temos aqui" (DEUZIMAR RODRIGUES DA SILVA). A escola, nesse sentido, não enxerta no currículo o saber local como forma de suprir as demandas das famílias que residem em áreas semiáridas e ainda carrega o "peso" de ser comunidade de fundo de pasto. Assim, espera-se, como nos propõe Lima (2011, p. 92):

> [...] o desenvolvimento de uma educação que busque contextualizar o processo de ensino-aprendizagem com a cultura local, considerando as potencialidades e limitações do semiárido, transformando-o num espaço de promoção do conhecimento, produção de novos valores e divulgação de tecnologias apropriadas à realidade semiárida. Deve ainda ser construída e balizada em uma ética de alteridade na relação entre natureza humana e não-humana.

Nesse contexto, a escola de Lage das Aroeiras está aquém do projeto da educação contextualizada e, por sua vez, do projeto da convivência, pois "ela não pensa a comunidade" (Valdivino Rodrigues de Souza, Comunidade de Fundo de Pasto de Lage das Aroeiras), enquanto espaço onde as famílias, além de terem necessidades comuns às da cidade, por exemplo, tem também outras necessidades que estão relacionadas ao lugar, a história de vida das famílias, a luta/conquista da terra e que precisam ser valorizadas no currículo escolar. Assim, o morador da comunidade, Valdivino Rodrigues de Souza, pensa que:

> [...] as comunidades de fundo de pasto precisam ter o processo de formação diferenciado ou mesmo contextualizado. Nós estamos no Semiárido e temos participado de vários debates sobre a questão da educação contextualizada que não é a educação que nós temos hoje. A escola que nós temos hoje não constrói esse processo de olhar o local, de formar as pessoas para valorizar o local. As pessoas são formadas olhando um outro mundo e não o seu mundo real. Para mim a educação tem essa dívida para com esse processo de formação (Valdivino Rodrigues de Souza, Comunidade de Fundo de Pasto de Lage das Aroeiras).

Nesse sentido, a escola sendo um espaço de formação deve acompanhar os anseios da comunidade, guiando-a e acompanhando-a na lida cotidiana, buscando, feito lascívia de hera, se introduzir em seu seio para, assim, fortalecer o selo da convivência e promover, portanto, a educação do campo contextualizada. Longe disso, as famílias orientadas por atores sociais "[...] têm desenvolvido uma série de experiências voltadas para uma convivência mais solidária e sustentável com a região semiárida e com o meio ambiente em geral" (BRAGA, 2011, p. 28). Segundo o autor, tais experiências tratam-se daquelas desenvolvidas no âmbito da agricultura familiar, como as cisternas de placas, barragens, criação de caprinos, manejo da caatinga, manejo agroflorestal, dentre outros.

Essas práticas se constituem, segundo o autor, em experiências educativas assentadas na convivência com o semiárido e que, portanto, são práticas educativas contextualizadas. Sendo assim, a comunidade de Lage das Aroeiras insere-se nesse conceito por desenvolver em sua cotidianidade tais práticas.

ELES FORAM FELIZES – BREVES CONSIDERAÇÕES

Caminhar pelas areias das aroeiras nos trouxe possibilidades de ver e sentir como se articula uma comunidade de fundo de pasto, não como um lugar isolado, distante da contemporaneidade. Mas sim, um lugar que se movimenta e movimenta práticas, saberes, vivências, um lugar onde as pessoas sentem desejos, medos, anseios..., e que, no entanto, não abrem mão da memória, da tradição como pilar de sustentação da própria comunidade.

Mesmo estando, a comunidade, inserida em uma região com uma irregularidade da incidência de chuvas, seus habitantes descobriram a possibilidade de convivência com tal situação, aparentemente adversa, desenvolvendo práticas educativas sustentáveis e solidárias, que lhes garante muito mais que a (sobre)vivência, a construção de uma vida digna no campo.

A escola, fio condutor, nesse processo não está em sua plenitude voltada para as necessidades da comunidade, mas esta se mostra fortificada para manter entre as gerações mais novas os saberes advindos do ancestral João Cardoso da Silva. Assim, todo esforço desenvolvido pela comunidade fortalece a ideia de que o sertão semiárido é viável e capaz de ofertar riquezas, e de que uma educação do campo baseada nos princípios defendidos pelos marcos legais que normatizam essa concepção no Brasil precisa ser forjada no interior do país. Avançar na legislação é uma constatação, mas no âmbito do enraizamento nos sistemas e nas escolas espalhadas Brasil a fora talvez seja o maior desafio que se têm ainda no âmbito das lutas dos movimentos sociais do campo e principalmente por aqueles que têm a responsabilidade com a garantia do direito a uma educação e uma escola do campo, que sejam contextualizadas à vida dos sujeitos, mas conectadas ao mundo e à contemporaneidade.

NOTAS

1 Trazemos o termo conto de fadas, porque a caminho da Comunidade o guia, Robson Rodrigues, disse: "vou te levar 'num' conto de fadas". Ao chegar lá, de fato era um conto de fadas, e, como todo conto existe fadas, mas existem também bruxas

2 Terras devolutas, espécie de gênero de terras públicas, são aquelas terras que, tendo sido dadas em sesmarias, foram posteriormente, em virtude de haverem caído em comisso, devolvidas à coroa (ALMEIDA, 2003, p. 313).

3 O termo Fundo de Pasto remete à localização das reservas de pastos, áreas utilizadas para o pastoreio da criação, na caatinga, mais precisamente nos "fundos" das comunidades, distantes das moradias, em oposição, portanto, às roças e quintais cultivados mais próximos das casas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Processos diferenciados de territorialização**: as terras tradicionalmente ocupadas. Manaus, 2008. Disponível em : < http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fnovacartografiasocial.com%2F%3Fwpdmact%3Dprocess%26did%3DMTguaG90bGluaw%3D%3D&ei=2d2aVOuyHtK0sAT1m4LQBw&usg=AFQjCNHSCpUL4KtEAmsKeBRK1pUh8ltG0g&sig2=oSe61MRJ0ywXaFFwrzB65Q&bvm=bv.82001339,d.cWc>. Acesso em 16/12/2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do campo e pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS FUNDOS E FECHOS DE PASTO. **O fundo de pasto que queremos**. Salvador: 2003.

BRAGA, Osmar Rufino. Educação e Convivência com o semiárido: introdução aos fundamentos do trabalho político-educativo no semi-árido brasileiro. In: **Educação no contexto brasileiro.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

CAMAROTE, Elisa Machado. **Lage das Aroeiras:** territorialização e parentesco e produção em uma comunidade baiana de fundo de pasto. Salvador 2010.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO RURAL – CAR. **Avaliação da intervenção governamental no sistema produtivo fundo de pasto**. Salavdor: CAR/ITREBA, 1987.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Os saberes tecidos no contexto:** a vertente educativa da convivência com o semiárido fundamentando novas

práticas e metodologias pautadas na contextualização. Salvador. III Seminário de Educação do Campo e Contemporaneidade. 2012.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolin. **Fundo de pasto:** um projeto de vida sertanejo. Salvador: INTERBA/SEPLANC/CAR, 1987.

TORRES, Paulo Rosa. **Terra e territorialidade das áreas de fundos de pasto no semiárido baiano**. Feira de Santana: UEFS Editora. 2013